

Simonsen vê período propício para pacto

28 FEV 1985

Economia - Brasil

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — “Se em alguma época da história recente do Brasil houve clima político para firmar um pacto social, essa época é a de agora”, disse ontem o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, ao ressaltar a importância da proposta apresentada pelo presidente eleito Tancredo Neves, como fórmula de combate à inflação. De acordo com Simonsen, um pacto social é fundamentalmente “um jogo de cooperação da sociedade em que todos pleiteiam menos em termos nominais para ganhar mais em termos reais”. Ele negou que o futuro governo estivesse pensando em pedir aos trabalhadores, em função da ideia do pacto, sacrifícios além de suas possibilidades. “Ninguém está interessado em promover uma compressão de salários reais ao longo do tempo”, explicou Simonsen. Para ele, salários reais crescem na mesma proporção em que há crescimento econômico. Depois de lembrar que há 6 ou 7 anos atrás o trabalhador brasileiro era reajustado uma vez por ano, ao passo que atualmente recebe reajustes semestrais, Simonsen salientou que não houve nesse período, ganhos para a categoria em função da medida porque naquela época a inflação era da ordem de 40 por cento ao ano, enquanto que agora, ela é de cerca de 80 por cento por semestre.

Dentro desse quadro ele apon-
tou a possibilidade dos reajus-

tes salariais se converterem em trimestrais como algo perigoso e problemático pois se se tentar simplesmente acelerar a rapidez dos intervalos entre os aumentos sem se tomar medidas complementares, correr-se-á o risco de se transformar a inflação de semestral em trimestral. “Foi o que ocorreu na Argentina”, assinalou, “um exemplo que o Brasil não deve imitar”.

O ex-ministro, que veio a São Paulo para presidir a cerimônia de entrega do prêmio **price watherhose**, preferiu não fazer projeções sobre a inflação de fevereiro mas manifestou a expectativa de que suas taxas sejam reduzidas ao longo de 85 em função da adoção, pelo próximo Governo, de medidas de austeridade nas áreas fiscal, monetária, de controle de preços e de rendimentos. Dizendo-se confiante nos resultados da política econômica a ser implementada pela equipe que vem sendo nomeada pelo futuro Governo, o ex-ministro do Planejamento destacou que o principal problema do País — a inflação — poderá ser debelado graças ao suporte de opinião pública e do Congresso com que o presidente Tancredo Neves conta: condições indispensáveis para a promoção de uma política austera que não implique em desestabilização.

Ele defendeu a mudança de critérios nos cálculos dos índices de inflação pela Fundação Getúlio Vargas, afirmando que faz parte de sua rotina passar por alterações que conduzam ao aperfeiçoamento.